

UTOPIAS INACABADAS DO BRASIL MODERNO: NARRATIVAS E SIMBOLISMOS DAS CIDADES NOVAS DE MARINA, GUARÁ II E CIDADE CIENTÍFICA DE HUMBOLDT

Amora de Andrade Machado

Universidade de Brasília | amora.b.andrade@gmail.com

Bruna Leite Lopes

Universidade de Brasília | brunaleitelopes8@gmail.com

Julyana Morais dos Santos

Universidade de Brasília | arqjulyanamorais@gmail.com

Ricardo Trevisan

Universidade de Brasília | trevisan@unb.br

Sessão Temática 9: Cidade, história e cultura em disputa

Resumo: O artigo explora as promessas de progresso e modernidade associadas aos projetos urbanísticos das cidades novas Marina (MG), Guará II (DF) e Cidade Científica de Humboldt (MT), contrastando a idealização desses projetos com sua materialização incompleta ou abandono. Através de uma análise crítica das imagens e narrativas oficiais, busca-se compreender as disputas no processo de construção do território brasileiro no século XX. O estudo utiliza a abordagem metodológica do “pensar” e “fazer” por Atlas, associada a uma leitura de imagens históricas, para identificar interseções entre as cidades e as promessas utópicas associadas a elas. O trabalho também explora o impacto das iconografias na percepção pública e as lições do fracasso desses projetos, investigando os motivos de sua falha e as implicações para o futuro urbano do Brasil. Portanto, o trabalho reflete como as disputas sobre o espaço urbano refletem as fronteiras entre diferentes visões de futuro e os interesses políticos e sociais, trazendo à tona questões sobre identidade, memória coletiva e as possibilidades de transformação cultural e urbana do país.

Palavras-chave: História do Urbanismo; Projeto Urbano; Iconografia; Cidades Novas; Agentes.

UNFINISHED UTOPIAS OF MODERN BRAZIL: NARRATIVES AND SYMBOLISMS OF THE NEW CITIES OF MARINA, GUARÁ II, AND THE SCIENTIFIC CITY OF HUMBOLDT

Abstract: *The article explores the promises of progress and modernity associated with the urban planning projects of the new cities Marina (MG), Guará II (DF), and the Scientific City of Humboldt (MT), contrasting the idealization of these projects with their incomplete realization or abandonment. Through a critical analysis of official images and narratives, it aims to understand the disputes in the process of building Brazilian territory in the 20th Century. The study uses the methodological approach of “thinking” and “doing” by Atlas, combined with a reading of historical images, to identify intersections between the cities and the utopian promises associated with them. The work also explores the impact of iconography on public perception and the lessons learned from the failure of these projects, investigating the reasons for their failure and the implications for Brazil’s urban future. Therefore, the study reflects on how disputes over urban space reflect the boundaries between different visions of the future and political and social interests, bringing to light issues of identity, collective memory, and the possibilities for cultural and urban transformation in the country.*

Keywords: *History of Urbanism; Urban Design; Iconography; New Cities; Agents.*

UTOPIÁS INACABADAS DEL BRASIL MODERNO: NARRATIVAS Y SIMBOLISMOS DE LAS CIUDADES NUEVAS DE MARINA, GUARÁ II Y LA CIUDAD CIENTÍFICA DE HUMBOLDT

Resumen: *El artículo explora las promesas de progreso y modernidad asociadas a los proyectos urbanísticos de las ciudades nuevas Marina (MG), Guará II (DF) y Ciudad Científica de Humboldt (MT), contrastando la idealización de estos proyectos con su materialización incompleta o abandono. A través de un análisis crítico de las imágenes y narrativas oficiales, se busca comprender las disputas en el proceso de construcción del territorio brasileño en el siglo XX. El estudio utiliza el enfoque metodológico del “pensar” y “hacer” por Atlas, asociado a una lectura de imágenes históricas, para identificar intersecciones entre las ciudades y las promesas utópicas asociadas a ellas. El trabajo también explora el impacto de las iconografías en la percepción pública y las lecciones del fracaso de estos proyectos, investigando las razones de su fracaso y las implicaciones para el futuro urbano de Brasil. Por lo tanto, el trabajo reflexiona sobre cómo las disputas sobre el espacio urbano reflejan las fronteras entre diferentes visiones del futuro y los intereses políticos y sociales, destacando cuestiones sobre identidad, memoria colectiva y las posibilidades de transformación cultural y urbana del país.*

Palabras clave: *Historia del Urbanismo; Proyecto Urbano; Iconografía; Ciudades Nuevas; Agentes.*

INTRODUÇÃO: O CHOQUE ENTRE DESCONHECIDAS

O contraste entre as promessas idealizadas de progresso e modernidade e a materialização incompleta ou o abandono dos projetos urbanísticos das cidades novas de Marina (MG), Guará II (DF) e Cidade Científica de Humboldt (MT) conectam a tríade de estudos de caso em tela (Figura 1). Ao explorar a discrepância entre a representação idealizada dos projetos e sua concretização, problematizando o papel das narrativas e dos simbolismos na construção da imagem das cidades, esse artigo objetiva problematizar e revelar as disputas em jogo na produção do território brasileiro na segunda metade do século XX. Especificamente, a partir do enfoque no papel das imagens na divulgação e na legitimação dos projetos das três cidades, busca-se explorar com o presente ensaio o modo como a iconografia moldou a percepção pública e alimentou o imaginário de um futuro idealizado.

Figura 1: Localização das três cidades novas em estudo.



Fonte: Autoria da equipe.

Exercício contraintuitivo, essa análise surge a partir de uma leitura exploratória fundamentada na abordagem metodológica de “pensar” e “fazer” por Atlas (Trevisan, 2018; Trevisan *et al.*, 2019) e colocada em prática em disciplina de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Nesse contexto, o método propôs sobrepor tempos e espaços distintos – sabidamente anacrônicos e contextualmente discrepantes – no intuito de criar conexões aproximativas entre elementos aparentemente destoantes e possibilitar narrativas originais.

Os arranjos aleatórios instigados durante o curso são referência às investigações e estudos realizados pelos filósofos Aby Warburg (1924-1928) e Georges Didi-Huberman (2013) e que assumem esta dimensão metodológica do Atlas não como produto-fim, mas como

ferramenta-dispositivo para gerar tensionamentos, especulações e narrativas possíveis. Isolados em sua própria história, quando iluminados e aproximados, possibilitam clarear e ampliar o entendimento sobre tais ocorrências. Cidade Marina, Guará II e Cidade Científica de Humboldt são nossos “vaga-lumes” a conformarem uma pequena constelação sobre a qual teceremos histórias e esboçaremos narrativas nunca traçadas, a fim de criar reflexões e prospectar caminhos futuros. Nas palavras de Didi-Huberman,

Essa imagem da constelação de vaga-lumes como a reunião de minúsculos fragmentos de poder em uma unidade maior, como uma cristalização do ato de resistência, fornece-nos, de fato, uma preciosa fórmula para o nosso futuro, ensina-nos um caminho a seguir: tal qual o signo da constelação, nossa sobrevivência é um fenômeno que somente se exprime por meio de um coletivo. E se a imaginação, que é uma manifestação da ordem do poder, “nos mostra o modo pelo qual o Outrora encontra, aí, o nosso Agora para se liberarem constelações ricas de Futuro, então podemos compreender a que ponto esse encontro dos tempos é decisivo, essa colisão de um presente ativo com seu passado reminescente” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 61).

Trata-se, portanto, de um choque entre presente e passado, cujo impacto permita uma ruptura do modo de pensar e fazer cartesiano, possibilitando ater exclusivamente a aspectos semelhantes e reagentes. Ao emparelhar três objetos, de tempos e espaços distintos, as camadas mnésicas aflorem e trazem consigo leituras originais, que possibilitem amalgamar peças de um retrato em construção. Identificar nesta tríade de cidades narrativas e simbolismos de utopias inacabadas do Brasil Moderno podem favorecer uma melhor compreensão sobre a origem e percalços destas cidades, com devida atenção às suas implicações e a seus desdobramentos sobre o território.

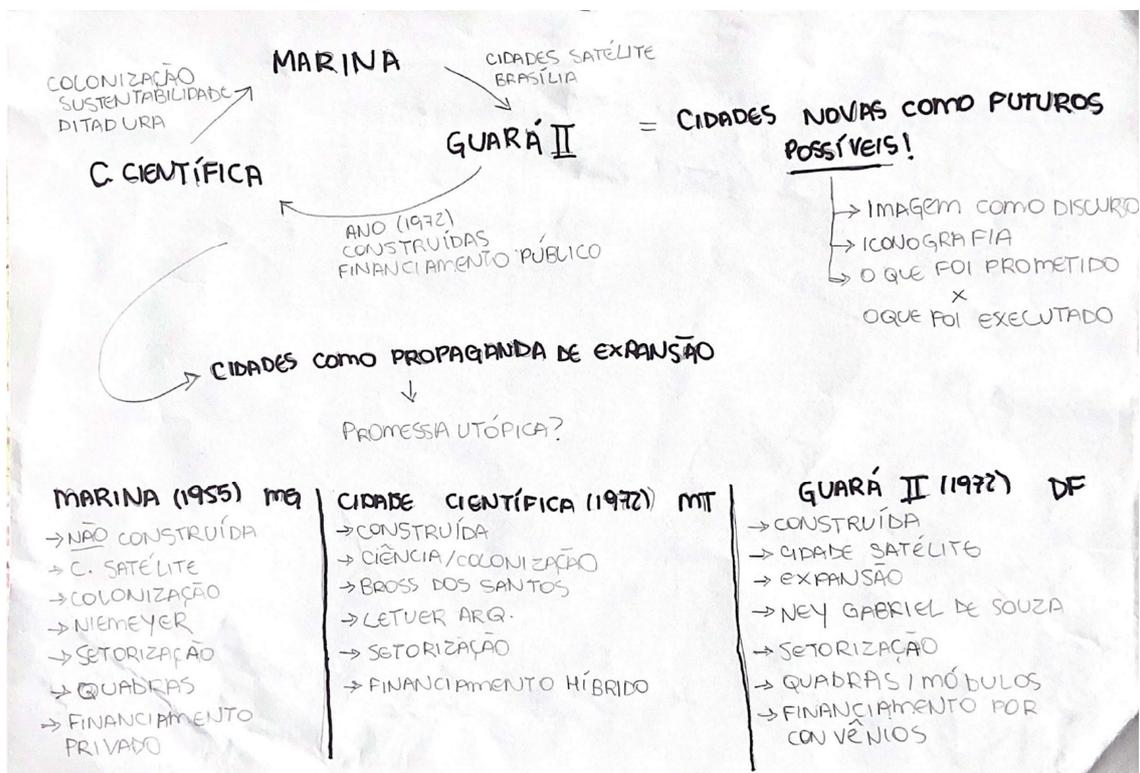
Na etapa inicial, realizou-se uma investigação individual de cada cidade nova, selecionada a partir de uma lista de 330 localidades fundadas intencionalmente no século XX. Entende-se como caso da tipologia urbanística “Cidades Novas” aqueles núcleos urbanos: 1) empreendidos pelo desejo do poder público e/ou da iniciativa privada e concretizado em ações específicas; 2) que buscam atender, ao menos de início, a uma ou mais funções dominantes; 3) implantados num sítio previamente escolhido; 4) a partir de um projeto urbanístico; 5) elaborados e/ou desenvolvidos por agente definido – eventualmente profissional habilitado; e 6) em um limite temporal determinado, implicando inclusive um momento de fundação razoavelmente preciso (Trevisan, 2020). Tais cidades emergem em contextos de transformação política, econômica e social, deliberadamente projetadas e implementadas em locais estratégicos, com funções específicas a depender dos desejos de seus empreendedores, como o caso de Marina (colonização), Guará II (cidade-satélite) e Humboldt (científica).

Na etapa seguinte, o modo de “pensar” por Atlas foi aplicado, buscando-se identificar interseções entre as três cidades. Marina, de 1955, foi idealizada por Oscar Niemeyer e deveria ser construída como colônia agrícola no oeste de Minas Gerais (não avançou à concretude); Guará II, de 1972, foi criada para atender ao déficit habitacional resultante da rápida ocupação de Brasília, no Distrito Federal; e Cidade Científica de Humboldt, de 1971,

tratou-se de um ambicioso projeto de exploração da Floresta Amazônica no Mato Grosso (ruiu-se após 3 anos de existência). O ponto de partida foi identificar nessas três cidades, e em seus atributos de Cidades Novas (desejo, função, sítio, profissionais, projeto e tempo), elementos em comum.

A partir de um mapa mental (Figura 2), estabeleceu-se as correlações entre as cidades, como os discursos oficiais e midiáticos ligados a essas três localidades – amplamente divulgados à época. Embora distintas entre si, as cidades eram publicizadas como símbolos de uma promessa: a esperança de um futuro possível, atrelados a uma farta e rica iconografia que ampliava a áurea utópica.

Figura 2: Mapa mental do “fazer” por Atlas.



Fonte: Autoria da equipe.

Com tal amálgama em mãos, dedicou-se a uma investigação mais ampliada de imagens (incluindo reportagens e anúncios publicitários) durante o período de concepção dessas cidades. Acredita-se que imagens, assim como textos, são evidências históricas importantes e podem refletir o passado (Burke, 2004). Ao analisar fotografias, desenhos, mapas e merchans da época, foi possível obter esclarecimentos valiosos sobre os desafios envolvidos no planejamento e na materialização dessas novas cidades. Como aponta o historiador Peter Burke, “da mesma forma que outras formas de evidência, fotografias podem ser consideradas ambas as coisas, evidência da história e história. Elas são especialmente valiosas, por exemplo, como evidência da cultura material do passado.” (Burke, 2004, p. 29).

Além disso, essas imagens podem ilustrar a maneira como os planejadores e seus futuros habitantes viam e imaginavam tais localidades, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, culturais e econômicas envolvidas. Assim, o estudo histórico a partir de imagens torna-se, neste trabalho, uma ferramenta essencial para desvendar as múltiplas camadas de significados e símbolos que moldaram a criação dessas cidades.

Ademais, a partir da perspectiva do teórico Hayden White (1992), o qual sustenta que a linguagem utilizada na historiografia não é objetiva, neutra ou transparente, mas sim uma narrativa construída, objetivou-se (re)construir a história dessas cidades por meio da sobreposição de imagens selecionadas. Narrativas que surgem de composições (colagens), permitindo à cada cidade uma nova leitura. Portanto, tais produtos ora apresentados resultam como entendimento extra, suplementar, da história dessas cidades. O ato de compor cada figura permitiu construir simultaneamente narrativas visuais que, ao mesmo tempo, interpretavam e representavam cada cidade. Promessas de modernidade e progresso, teriam elas efetivamente possibilitado tais conquistas? Que possíveis futuros eram imaginados para as cidades Marina, Guará II e Cidade Científica? Como tais ideais influenciaram as concepções e representações da tríade urbana?

No intuito de responder a tais questões, o artigo se estrutura em três partes, para além desta Introdução e das Considerações Finais. A primeira traz o caso de Marina, explorando o simbolismo da cidade como um oásis de modernidade em uma região periférica e as razões que levaram ao seu abandono. A segunda aborda o caso de Guará II, contextualizando-o na dinâmica de expansão urbana de Brasília e problematizando a construção da narrativa oficial em torno do projeto. E a terceira problematiza o caso de Humboldt, investigando os motivos de seu fracasso e as lições que podem ser aprendidas com sua história.

MARINA: A MIRAGEM MODERNISTA NO SERTÃO MINEIRO

No cenário de intensa modernização e desenvolvimento da hinterlândia, que marcou o Brasil na década de 1950 com a transferência da capital federal, surgiram diversas propostas que buscavam alinhar a criação de cidades juntamente com o interesse de investidores da região. Inspiradas pelos ideais de modernidade e integração territorial, essas iniciativas refletiam os anseios de transformação social, econômica e cultural, que visavam conectar o interior a partes mais desenvolvidas – sul, sudeste e demais regiões litorâneas –, reduzindo-se as disparidades entre elas.

Foi nesse contexto que surge a Cidade Marina, anunciada oficialmente em 1955. Foi planejada para criar um “um sistema de vida humano e feliz, integrado à natureza que aproveita e enriquece” (Módulo, 1956, p. 23) no noroeste de Minas Gerais, próximo a Unaí. O objetivo era estabelecer um centro urbano integrado a uma Colônia Agropecuária capaz de atender tanto à demanda da nova capital federal quanto à sua área de influência. Max Hermann, empresário carioca e proprietário dos 90.000 hectares da Fazenda Menino, idealizou e financiou a cidade,

desejando implantar o projeto em sua propriedade. Em 1955, Hermann contratou o arquiteto Oscar Niemeyer para elaborar o projeto urbanístico, que contou com a colaboração de outros quatro arquitetos: José Lopes da Silva, José de Sousa Reis, Marcos Jaimovich e Nauro Jorge Esteves – este último, arquiteto carioca que se mudou para Brasília e trabalhou na Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) entre 1956 e 1969. Além da concepção urbanística, foi previsto o paisagismo de Roberto Burle Marx, um plano de irrigação feito por Luigi Galiolli e execução do engenheiro Paulo Peltier de Queiróz (Diário de Notícias, 1956).

Situado a menos de 200 quilômetros de Brasília, Hermann viu no Vale do Rio Urucuia uma oportunidade de lucrar com o comércio que a nova capital geraria. A Cidade Marina foi planejada para produzir insumos agrícolas tanto para Brasília quanto para outros centros urbanos do país, sendo descrita em alguns anúncios de venda de lotes como “futuro celeiro da capital” (Ribeiro; Damasceno, 2017, *online s/p*). Além dos benefícios financeiros, a cidade valorizaria a região, contribuiria para o aumento populacional e ajudaria nas disputas de terras existentes. Apesar de nascer do capital privado, o então presidente Juscelino Kubitschek (1902-1976) apoiou publicamente a Cidade Marina. Essa relação exemplifica o paradigma de desenvolvimento e a identidade modernizadora do Brasil durante a transição entre a primeira e a segunda metade do século XX (Oliveira, 2023).¹

Denominada “Operação Marina”, a Colonizadora Agrícola e Urbanizadora S/A iniciou uma extensa campanha publicitária para divulgar a cidade e vender seus lotes rurais e urbanos. A maioria dos anúncios (Figura 3) associava a nova cidade a Brasília a partir de termos como “moderno” e “futuro” (Módulo, 1956, p. 23). Os anúncios focavam nos personagens responsáveis pela cidade, aqueles que “acreditam no progresso, na técnica e na capacidade de realização” do povo brasileiro. Esses anúncios transmitiam uma combinação de otimismo em relação ao desenvolvimento do país, com expectativas de aproveitamento das oportunidades de valorização das terras daquela região. Na edição de 25 de junho de 1955 do diário carioca *A Noite*, a Colônia Agropecuária era apresentada como uma contribuição “pacífica” para a reforma agrária no país, através da “divisão racional das terras em pequenas e grandes propriedades tratadas e assistidas por técnicos competentes” (*A Noite*, 1955, p. 7).

O circuito comercial do projeto teve como tática uma ampla divulgação das terras na Colônia Agrícola do Menino associada à promessa de construção da “moderna” cidade Marina. Foram encontradas peças publicitárias como: “Garanta seu dinheiro e seu futuro” (*Tribuna da Imprensa*, 1955); “Extraordinário interesse! Cerca de 300 fazendas vendidas na semana do lançamento, somente no Rio” (*Diário de Notícias*, 1955); e “Seja você também um fazendeiro feliz” (*Diário de Notícias*, 1955). Demais propagandas encontradas traziam informações semelhantes, funcionando simultaneamente como impulsos a comercialização dos terrenos da Colônia Agrícola, assim como esclarecedoras das inúmeras condições de financiamento para a construção de residências dentro da “nova e moderna cidade Marina” (*Diário de Notícias*, 1955, p. 15). Portanto, as manchetes publicadas em magazines e jornais da época

foi o *modus operandi* encontrado para propagar o empreendimento pelos quatro cantos do país e atrair investidores, colonos, agricultores, migrantes.

Figura 3: Colagem de Cidade Marina, a partir do *Jornal A Noite*, *Revista Módulo*, *Revista Manchete*, *Jornal Tribuna da Imprensa* e *Jornal Diário de Notícias*.

TENHAM CUIDADO, pois, os incautos cidadãos que forem chamados a comprar terras em "Marina": a bela e fantasmagórica cidade não passa de uma grosseira cavação de alguns sabidos que resolveram executar uma "operação" de longo alcance com a responsável e desonesta cobertura das mídiadas de 17 congressistas.

"Operação" com imunidades

PERGUNTAR-SE-A: por que tantos parlamentares, ao lado de outros homens sobre cuja honradez não temos nenhum motivo para levantar dúvidas, foram envolvidos nessa armadilha?

Vieira de Melo envolvido no escândalo da "Cidade de Marina"

Somando tudo, temos então

39.224 hectares	1.200.000,00
Levantamentos topográficos	9.000.000,00
Plano de colonização	4.330.000,00
Plano de urbanização	4.900.000,00
	18.330.000,00

Gananta seu DINHEIRO e seu FUTURO

CIDADE MARINA

VANTAGEM EXTRA!

Uma área na Moderna

EL DORADO NO MEDIO S. FRANCISCO

"CIDADE MARINA" PLANEJADA POR OSCAR NIEMEYER E SUA EQUIPE PARA CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIA

"MARINA" CHAMAR-SE-Á A CIDADE QUE OSCAR NIEMEYER VAI CONSTRUIR NO VALE DO URUCUIA

UMA CIVILIZAÇÃO EM MARCHA PARA UM DESTINO GRANDIOSO

COLONIA AGRO-PECUARIA DO MENINO O início da patriótica marcha para o oeste

Fonte: Autoria da equipe.

Ironicamente, os meios de comunicação que popularizaram Marina também contribuíram para o seu declínio. Reportagens do *Correio da Manhã* e da *Revista Marquis* publicaram matérias como “Especulação imobiliária atinge noroeste do Estado”, “Marina – a cidade fantasia do Urucuia” e “Vieira patrocina Brasília-caçula” (Oliveira, 2018). A venda de lotes, iniciada no final de 1955, não atingiu os resultados esperados pelos idealizadores, já que os compradores não se mobilizaram para investir na produção agropecuária ou na construção da cidade. Com a popularidade do projeto em queda na imprensa, o fim do governo Kubitschek (1961) e o início da ditadura militar (1964), a Cidade Marina foi oficialmente abandonada em 1964. Os lotes de terra destinados à cidade foram tomados pela autarquia Ruralminas, responsável pela reforma agrária daquele estado.

A ascensão e queda do empreendimento é aqui retratado pela colagem produzida a partir destes anúncios publicitários (Figura 3). Nela, pode-se observar os protagonistas desta breve história, Max Hermann e sua esposa Marina do lado direito, e o arquiteto Oscar Niemeyer à esquerda, juntamente com o desenho da Colônia Agrícola e anúncios promocionais da cidade. Na parte superior, uma página rasgada em cinza representa o declínio da popularidade do empreendimento na percepção do público. Em destaque está a imagem do então deputado Vieira de Melo, um dos acusados pela *Tribuna da Imprensa* (1957) de superfaturar o valor dos terrenos da Colônia Agrícola.

O negócio começou quando d. Marina Romana Martins Gomes, em 1955, adquiriu as glebas da “Fazenda do Menino”, do espólio de Trajano Viriato Sabóia de Medeiros pela quantia de um milhão e duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 1200000.00). Logo após, quando se inventou fundar a CAUSA, peritos avaliaram as terras de D. Marina por dezesseis milhões, que demonstra o seguinte: em meses, a fazenda teve o seu preço aumentado em treze vezes. (Tribuna da Imprensa, 1957, p. 14)

Embora não representassem a maioria, matérias divergentes como essa revelam a outra face da criação de uma cidade, expondo as nuances e os mecanismos de especulação do solo urbano e rural. Apesar do amplo apoio ao desenvolvimento econômico-social do Brasil, ainda havia canais da imprensa críticos a ponto de “derreter” e anular ações como a de Marina. De certo modo, esses posicionamentos refletiam não apenas as disputas ideológicas e políticas da época, mas também o temor de mudanças estruturais que poderiam transformar o social e cultural do país, sobretudo aqueles envoltos com posicionamentos da esquerda e ligados a movimentos agrários. Assim, Marina deixou de existir mesmo antes de inaugurada, tornando-se mera miragem moderna no sertão mineiro.

GUARÁ II: A NARRATIVA OFICIAL DO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL NA EXPANSÃO DE BRASÍLIA

A transferência da capital federal para o Planalto Central impulsionou a criação de áreas residenciais para acomodar a população crescente que migrava para a região. Com o núcleo formal de Brasília, o Plano Piloto, delimitado por um cinturão verde e com dimensões

predefinidas, a expansão urbana foi viabilizada por meio de cidades-satélites (atuais Regiões Administrativas – RAs), planejadas fora do perímetro do centro administrativo e em uma relação de dependência com ele. Essas cidades começaram a ser implantadas ainda antes da inauguração oficial da capital, como o Núcleo Bandeirante, Taguatinga, Gama e Sobradinho (Derntl, 2018; Trevisan *et al.*, 2023), e funcionaram como principal lócus de moradia para aqueles que migravam para a nova capital em busca de trabalho e melhores condições de vida (Amizo, 2024), regulando inclusive os assentamentos informais presentes no território do Distrito Federal (DF).

Já a partir de um processo de conurbação do Plano Piloto com as primeiras cidades-satélites – revertendo-se, portanto, a lógica da expansão urbana polinucleada –, inicia-se em 1972, a oeste do Plano Piloto, a construção da cidade-satélite do Guará II, com o objetivo de criar moradias para funcionários da União (Pedreira e Saboia, 2019). Seu nome deriva de sua proximidade com o Guará I, implantado entre 1967 e 1969, originalmente planejado para abrigar trabalhadores do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) e da Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP. Com o rápido crescimento populacional, que em 1969 já ultrapassava os 25 mil habitantes no Guará I, tornou-se necessário expandir as opções de moradia, culminando na criação do Guará II. A implantação dessa nova área habitacional foi conduzida pela NOVACAP, em parceria com a Sociedade de Habitação de Interesse Social (SHIS).

O projeto urbanístico original do Guará II, datado de 1970 e localizado na administração regional, traz a assinatura do arquiteto Ney Gabriel de Souza, então funcionário da NOVACAP e também autor do plano urbanístico da cidade-satélite da Ceilândia, de 1970 (Waldvogel, 2021). Com um traçado unitário, delimitado por uma avenida de contorno e um eixo viário central, o Guará II previa mais de sete mil moradias distribuídas em uma área de aproximadamente 3 km². Essas moradias eram organizadas em faixas de ruas do tipo *cul-de-sac* e consistiam predominantemente em habitações unifamiliares geminadas. Ademais, o planejamento também incluía áreas previamente destinadas a equipamentos e áreas públicas, seguindo uma setorização funcional.

Financiada pelo Banco Nacional da Habitação - BNH, a construção do Guará II foi realizada em etapas, com seu progresso amplamente divulgado pelos meios de comunicação locais, como o jornal *Correio Braziliense* e o *Diário Oficial do Distrito Federal*. Embora o projeto urbanístico da cidade existisse desde 1970, ele raramente foi abordado nas reportagens da época. Uma análise dos jornais datados do período da construção revelou pouquíssimos registros do canteiro de obras. Em vez disso, a cobertura jornalística destacou principalmente os promotores públicos do empreendimento, colocando-os como os verdadeiros protagonistas do processo – tirando de cena os profissionais projetistas.

Entre os principais agentes representados nas publicações referentes à construção do Guará II, destacam-se o então governador Hélio Prates da Silveira e o superintendente da SHIS, o

engenheiro Valdoir Menezes. Essas figuras eram frequentemente retratadas em eventos de inauguração e visitas ao canteiro de obras, reforçando a narrativa de desenvolvimento defendida pelo governo. À época, os jornais noticiavam dados de déficit habitacional no Distrito Federal “em decorrência do aumento da população, da transferência de novos órgãos e do surgimento constante de novas famílias” (Neves, 1973, p. 6). Assim, a prioridade era anunciar a construção de mais moradias, importando menos o tipo e qualidade das habitações em produção.

A maioria das publicações e reportagens sobre a construção do Guará II, publicadas nos jornais à época, era acompanhada de fotos registrando apertos de mãos entre os agentes envolvidos. Esse gesto, símbolo de compromisso e colaboração, transmitia ao público a ideia de que as obras estavam progredindo conforme o planejado e contavam com o apoio das autoridades. Essas fotos capturaram momentos significativos, como inaugurações e entregas simbólicas de chaves aos moradores. Um dos principais eventos retratados foi o aniversário de 10 anos da SHIS, em 2 de março de 1972, data que ficou conhecida como a inauguração oficial do Guará II. No entanto, é interessante notar que a última etapa das construções seguiu até meados de 1974. Essa antecipação da data de inauguração, fixada antes da conclusão total das obras, retrata a prioridade em criar capital simbólico (marca de um governante), simbolizar o progresso e o desenvolvimento, e não necessariamente marcar a conclusão das obras. A escolha de inaugurar antes do término completo, aliada ao simbolismo das imagens, reforçava a narrativa de um governo ativo e comprometido com a expansão habitacional e o estabelecimento da capital.

O processo de criação de uma colagem a partir das manchetes, recortes de jornais e fotografias da época (Figura 4) revela aspectos antes despercebidos sobre a concepção do Guará II. Torna-se evidente a construção de uma narrativa oficial que privilegiou os acordos institucionais e as figuras de poder que lideraram o projeto. A ênfase nas autoridades e em eventos simbólicos reforça uma imagem de prosperidade e compromisso governamental, enquanto outros elementos, como os projetistas envolvidos, o traçado urbano e a realidade dos canteiros de obras, foram relegados a segundo plano. Essa seleção arbitrária sublinha a forma como o discurso oficial moldou a percepção pública do projeto, promovendo uma visão idealizada da expansão habitacional, ao mesmo tempo em que ocultava as dinâmicas e os desafios reais envolvidos na construção da cidade.

No contexto da ditadura militar (1964-1985), essa narrativa foi instrumentalizada como parte de uma estratégia de legitimação política. O Guará II, assim como outras cidades-satélites, foi retratado como um símbolo do sucesso do regime, destacando a suposta eficiência governamental em atender à crescente demanda habitacional. Contudo, essa visão utópica ocultava a segregação espacial e a precariedade vivida por aqueles deslocados para a periferia, um padrão observado no Guará I e em outras localidades do DF, como aponta Venturelli (2023). Dessa forma, a narrativa oficial sobre o Guará II reforçava a agenda

desenvolvimentista do regime militar, encobrindo as contradições relativas à expansão habitacional promovida sob o autoritarismo.

Figura 4: Colagem do Guará II a partir de recortes do Correio Braziliense, Diário Oficial do Distrito Federal e imagens coletadas no Arquivo Público do Distrito Federal - ArPDF.



Fonte: Autoria da equipe.

HUMBOLDT: A UTOPIA CIENTÍFICA PERDIDA NA AMAZÔNIA

Contemporaneamente ao Guará II, em plena floresta amazônica mato-grossense, junto a uma das maiores cachoeiras do país – “desconhecida e [fora dos registros oficiais] dos mapas geográficos brasileiros” (Borba, 1974, p. 68) –, surge a Cidade Científica de Humboldt. Como o próprio nome sugere, era para ser uma cidade a abrigar cientistas e suas pesquisas. A inauguração simbólica da cidade foi em 1973 (Bertholini, 2020), no entanto, em 1975, os jornais já noticiavam seu abandono, como o título da reportagem de *O Estado de São Paulo*: “A Cidade Científica perdida no meio da mata” (Gaspar, 1975, s/p). Devido a desafios operacionais, seu abandono foi precoce, culminando no seu esvaziamento e no arruinamento de suas poucas edificações.

A Cidade Científica de Humboldt caracterizava-se como parte das metas do Projeto Aripuanã-Humboldt (1972) do governo federal. Este projeto foi concebido durante a Ditadura Militar, no âmbito da Operação Amazônia (1966), como uma das várias artimanhas militar de ocupação territorial, proteção fronteira e exploração da floresta. De certo modo, esta cidade ratificava a política de ocupação da Amazônia Legal, algo proveniente desde o período Vargas (1930-1945) com a “Marcha para o Oeste”, a expedição Roncador-Xingú e a Fundação Brasil Central.

A fundação de cidades como instrumento para a efetivação das políticas desenvolvimentistas e de ocupação territorial, durante a ditadura, está presente nos discursos oficiais veiculados pelos jornais da época, incluindo a promoção da Cidade Científica. Exemplo desse estratagema é o trecho “a cidade é a maior e melhor máquina de desenvolvimento inventada pelo homem”, presente em reportagem da Revista *Planejamento & Desenvolvimento* (1974, p. 42).

Com a Cidade Científica de Humboldt, o objetivo do Estado era criar uma cidade nova com intuito de garantir o planejamento e desenvolvimento sustentável da região, incluindo a preservação do ecossistema daquele bioma (Menezes, 2010). Os estudos na região seriam voltados para entender e criar estratégias de como evitar impactos econômicos, sociais e, principalmente, ambientais com os projetos e mega infraestruturas de integração centro-norte, assegurando a manutenção de reservas naturais importantes do país. A sua estrutura política foi ancorada em diferentes instituições públicas, dentre elas a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e o Ministério do Planejamento (Borba, 1974). Dos diversos atores envolvidos, o professor da UFMT, Pedro Paulo Lomba, é reconhecido como o idealizador do projeto – figura expostas no canto direito da colagem (Figura 5), vestindo uma blusa com a logomarca do Projeto Aripuanã (uma árvore e suas raízes) e abraçado a alguns indígenas que já habitavam a região.

Inserida em meio a densa floresta, a Cidade Científica foi criada a fim de desenvolver pesquisas sobre como viver nos trópicos e explorar as riquezas da Amazônia e investir em indústrias no local de uma maneira menos destrutiva para o meio ambiente. Imagens revelam recortes que permitem perceber a existência de um projeto para a cidade, com diversas

edificações planejadas em madeira – material abundante na região. No entanto, apenas uma pequena parte desse plano foi executada.

Figura 05: Colagem da Cidade Científica de Humboldt a partir de reportagens do Jornal *O Estado de São Paulo*, *Jornal Opinião*, *Jornal O Globo*, *Revista Manchete* e *Revista Planejamento & Desenvolvimento*.



Fonte: Autoria da equipe.

É importante destacar que, à época, posicionamentos políticos externos também regravam as ações e produções no Brasil.

A partir de uma consciência crítica fundada na prática do desenvolvimento, está por trás de grande parte dos movimentos políticos contemporâneos nos países em que mais avançou o processo de acumulação: as lutas contra a poluição, contra o desperdício de recursos não renováveis, a defesa do patrimônio cultural, a rejeição do consumismo. Esses movimentos têm em comum o fato de que pretendem explicitar um conjunto de fins, a partir de uma visão global da sociedade. (Furtado, 1978, p. 59)

É nesse cenário de globalização das economias que Estados – sobretudo aqueles centrais – colocam em pauta temáticas relacionadas à preservação do Meio Ambiente. Em 1971, por exemplo, há o Conselho Internacional de Coordenação do Programa sobre o Homem e a Biosfera, que reunido em Paris, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, indica que a exploração dos recursos naturais da América Latina deve ser objeto de intensa investigação científica e tecnológica (IBGE, 1973). Em junho de 1972, essa pauta retoma na Conferência de Estocolmo, na qual o governo brasileiro foi alvo de inúmeras críticas sobre a forma de exploração indiscriminada da Amazônia. A Cidade Científica de Humboldt surge, portanto, “como uma resposta adequada à constante preocupação de conjugar-se desenvolvimento econômico com preservação e melhoria do meio-ambiente” (IBGE, 1973, p. 77).

Por ser um projeto ambicioso, com um grande programa de necessidades associado a pesquisas científicas e que para ser executado demandava altos investimentos, acabou se tornando notícia nacional e internacional em vários jornais e periódicos da época, sendo noticiada positivamente como “uma cidade do futuro” (Borba, 1974, p. 68). Dentre esses veículos de comunicação tem-se os jornais: *O Estado de São Paulo*, *Opinião*, *O Globo* e as revistas *Manchete* e *Planejamento & Desenvolvimento*.

As matérias sobre esse empreendimento mostraram desde sua fase de concepção a possibilidade de ser um modelo futuro de desenvolvimento. Em 1973, a cidade nova era tida como um projeto inovador: “a Brasília da ciência” (Bertholini, 1973, anexo 6, p. 239), sendo “a melhor máquina de desenvolvimento inventada pelo homem” (*Planejamento & Desenvolvimento*, 1974, p.42). Já dois depois, o declínio da cidade estampa as reportagens, como um “projeto que acabou esquecido” e “vencido pelos interesses estrangeiros e por grupos empenhados na devastação das florestas” (Borba, 1975, p.6). Além de detalhar a proposta da Cidade Científica, essas reportagens serviram como registros imagéticos – vestígios – de sua real, porém curta existência.

Se a cidade é “a projeção da sociedade sobre um local” (Lefebvre, 2001, p. 62), a Cidade Científica de Humboldt tentou ser a projeção de um futuro de cidade baseado em ideais mais sustentáveis, evidenciando o potencial transformador da ciência e da pesquisa atrelados ao desenvolvimento econômico para um país. No entanto, o que de fato prevaleceu foi o reflexo da ideologia autocrática vigente: prioridade na exploração acelerada dos recursos naturais,

independente das consequências socioambientais. A utopia se desfez e cedeu lugar à lógica capitalista predatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao explorar o processo de concepção de três cidades novas – Marina, Guará II e Cidade Científica de Humboldt –, este estudo ensaístico buscou compreender suas narrativas históricas e simbolismos a partir da metodologia de “Pensar por Atlas”. Essa abordagem possibilitou sobrepor tempos, espaços e elementos diversos, revelando conexões entre as cidades e suas histórias. A investigação inicial concentrou-se nas características fundamentais de cada projeto, como os contextos políticos, sociais e econômicos em que surgiram, e nas formas como foram idealizados para atender a demandas específicas, como a expansão territorial e a promoção de avanços científicos.

Porém, numa análise mais atenta, detectou-se como essas cidades foram apresentadas à sociedade como símbolos de modernidade e progresso, sustentadas por narrativas oficiais e abordagens panfletárias que prometiam futuros ideais. A partir de reportagens e anúncios publicitários encontrados em jornais e revista da época, o material textual e iconográfico mostraram-se essenciais para compreender as expectativas e os desafios associados aos projetos. O método de sistematização a partir de colagens permitiu elaborar uma ferramenta analítica capaz de interpretar a história urbana de cada cidade como uma construção simbólica e cultural. Assim, tal trio de colagens permitiu compreender como essas representações influenciaram as concepções das cidades e contribuíram para reflexões mais amplas sobre identidade urbana, memória coletiva e as possibilidades imaginadas para cada um dos territórios em tela.

A força dos três projetos estava profundamente ligada aos discursos e imagens que os sustentavam. Essas representações visuais e textuais não apenas divulgaram as propostas, mas moldaram percepções e construíram credibilidade antes mesmo da execução. A análise iconográfica revelou que essas imagens não eram meros registros, mas ferramentas ativas na formação de narrativas que legitimavam os projetos. Assim, as cidades novas foram apresentadas como futuros possíveis, cujas promessas transcendem sua materialidade para integrar o imaginário coletivo do país.

Ao revisitar as histórias de Marina, Guará II e a Cidade Científica de Humboldt, emergiram-se as disputas entre as promessas idealizadas e suas materializações. Marina, “uma cidade para o amanhã” (Módulo, 1956), permaneceu apenas no campo das ideias; Guará II concretizou parcialmente o discurso de “mais casas para Brasília”, sem resolver plenamente os problemas habitacionais e de urbanidade; e Humboldt, “a Brasília da ciência” (O Globo, 1973), foi apenas um suspiro de boas intenções. Independentemente de terem sido ou não realizadas, essas cidades refletem diferentes “Brasis” imaginados ao longo da segunda metade do século XX,

cada uma simbolizando visões específicas de progresso e desenvolvimento. Ao fim e ao cabo, tornaram-se utopias inacabadas de um Brasil Moderno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIZO, Isadora Banducci. **Urbanização excêntrica**: crescimento, transformação e centralidades de Taguatinga-DF. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

A NOITE. **Eldorado no Médio S. Francisco**. Rio de Janeiro, n. 15138, set. 1955, p. 7.

Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_05&pesq=%22Cidade%20Marina%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=32563>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

BERTHOLINI DE CASTRO, José Amilcar. **A galinha chocou o ovo da águia**: o Projeto Aripuanã na criação da Universidade Federal de Mato Grosso (1970 – 1980). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2020.

BORBA, Marco Aurélio. A Amazônia do ano 2000. **Revista Manchete**, n. 1147, 13 abr. 1974. p. 68-77.

BORBA, Marco Aurélio. A verdadeira história de Humboldt. **Jornal Opinião**. Rio de Janeiro: Inubia, Semanal. Formato tabloide, set. 1975. p. 6.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

CORREIO BRAZILIENSE. **BNH aprova projeto do guará**. Brasília, n. 03551, 19 jul. 1971, p. 7.

CORREIO BRAZILIENSE. **Convênio para construção de 7234 casas**. Brasília, n. 03613, 21 set. 1971. p. 1.

CORREIO BRAZILIENSE. **SHIS inicia hoje festa do décimo aniversário**. Brasília, n. 03750, 2 mar. 1972. p. 15.

DERNTL, Maria Fernanda. Além do Plano. A concepção das cidades-satélites de Brasília. **Arquitextos**. São Paulo, Vitruvius, a. 19, n. 221.03, out. 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Atlas ou a Gaia ciência inquieta**: o olho da história, 3. Lisboa: KKYM, 2013.

FONSECA, Pedro Cesar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. *In*: CALIXTRE, André Bojikian; BIANCARELLI, André Martins; CINTRA, Marcos Antonio Macedo (eds.).

Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro. Brasília: IPEA, 2014, p. 29-78.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GASPAR, Oscar Ramos. A Cidade Científica perdida no meio da mata. **Jornal O Estado de São Paulo.** s/p, 25 jul. de 1975.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

IBGE. **A Cidade-laboratório de Humboldt - notas preliminares mas razoavelmente definitivas.** Rio de Janeiro: IBGE, nov./dez. de 1973. p. 77- 82.

MENEZES, Alfredo. **Projeto Aripuanã.** S.l.: s.n., 2010. Disponível em:

<http://www.alfredomenezes.com/index.php?paginas_ler&artigos&cat=&id=2897>.

Acesso em: 01 de setembro de 2024

MÓDULO. **Plano Diretor da Cidade Marina.** Rio de Janeiro, n. 06, set. 1956, p. 20-21.

Disponível em:

<<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=006173&Pesq=%22Cidade%20Marina%22&pagfis=658>>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

NEVES, Paulo. Brasília em contrastes. **Correio Braziliense,** Brasília, A cidade, n. 04031, 1 abr. 1973, p. 6.

NIEMEYER, Oscar. Uma Cidade para o Amanhã. **Revista Módulo,** Rio de Janeiro, n. 56, set. 1980.

OLIVEIRA, Gabriel. **Cidade Marina:** A Miragem de Oscar Niemeyer para o Sertão Mineiro.

Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/cidade-marina/consideracoes-finais/>>.

Acesso em: 20 de abril 2024.

O GLOBO. **Humboldt:** numa clareira da selva, a Brasília da ciência. Rio de Janeiro, 23 fev. 1973.

PEDREIRA, Ana Luísa Pires; SABOIA, Luciana. **Brasília e suas cidades satélites:** paisagem metropolitana em construção – o caso do Guarã. *In*: Asociación de Escuelas y Facultades Públicas de Arquitectura de América Del Sur, 2019, Belo Horizonte. Anais eletrônicos. Campinas: Galoá, 2019.

PLANEJAMENTO & DESENVOLVIMENTO. **Aripuanã.** v.2, n.15, set.1974. p. 25-44

PIRES, Ézio. Política habitacional do DF. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 04024, 2 abr. 1973. p. 3.

RIBEIRO, Luiz; DAMASCENO, Renan. **Marina, o sonho de Niemeyer no sertão mineiro que a ditadura abafou**. 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/cidademarina/2017/09/01/cidade-marina,897082/marina-de-oscar-niemeyer-serviria-de-abastecimento-para-brasil.html>. Acesso em: 10 abril 2024.

RIBEIRO, Luiz; DAMASCENO, Renan. **Distante 200 km da nova capital, Marina serviria de abastecimento para Brasília**. 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/cidademarina/2017/09/01/cidade-marina,897091/marina-o-sonho-de-niemeyer-no-sertao-mineiro-que-a-ditadura-abafou.shtml>. Acesso em: 10 abril 2024.

SERFHAU. Cidade Científica será implantada em plena Floresta Amazônica. **Boletim Informativo do SERFHAU**. Brasília: SERFHAU, janeiro de 1973.

TREVISAN, Ricardo. Pensar por atlas. *In*: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva. **Nebulosas do pensamento urbanístico**: tomo I – modos de pensar. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 46-69.

TREVISAN, Ricardo; AMIZO, Isadora Banducci; LEMOS, Rubiana Cardoso Campos. O prenúncio da “Grande Brasília”: Cidades-satélites do entorno. **CODEPLAN – Série Texto para Discussão**. Brasília, n.82, dez. 2023. p. 9-37.

VASCONCELOS, Adirson. **As cidades-satélites de Brasília**. Brasília: do autor, 1988.

VENTURELLI, Luis Gustavo Ferrarini. História e origem do guará no Correio Braziliense. **Revista Estética e Semiótica**, Brasília, v. 13, n. 1, 2023. p. 100-115. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/esteticaesemiotica/article/view/49517>. Acesso em: 15 nov. 2024.

WALDVOGEL, Alana Silva. **Mapeando Ceilândia**: um estudo histórico e morfológico. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

WHITE, Hayden. **Meta-história**. São Paulo: EDUSP, 1992.

¹ O desenvolvimento, em sua versão ideológica e doutrinária, adquire a terminologia “desenvolvimentismo”, que o economista Pedro Cezar Dutra Fonseca do IPEA definiu como: “[...] a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista.” (Fonseca, 2014, p. 59).

.